

## A CIDADE ENQUANTO UM ESPAÇO DESIGUAL: O CASO DE GUARAPUAVA – PR

**Lisandro Pezzi Schmidt**

[lpezzi@unicentro.br](mailto:lpezzi@unicentro.br)

Docente do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia,  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

**Carlos Roberto Loboda**

[loboda@pontal.ufu.br](mailto:loboda@pontal.ufu.br)

Prof. de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

### RESUMO

As constantes redefinições no processo de produção do espaço urbano são denotadoras de um processo desigual, geralmente atrelado aos interesses políticos, fundiários e imobiliários, acentuando cada vez mais as diferenças socioespaciais, compartimentando a cidade entre áreas melhor equipadas (centrais) em detrimento de outras marcadas pela precariedade das condições de vida (periféricas). O poder público municipal confere ao espaço sentido e conteúdo, intermediando a produção diferenciada, fragmentando a cidade e ampliando a diferença de apropriação do espaço pelos diferentes grupos. Desse modo, o trabalho analisa Guarapuava, considerando o processo de produção e as pretensões da formação de uma cidade média, enfatizando as permanências da estrutura social e suas contradições que caracterizam a cidade como um espaço desigual.

**Palavras chave:** Produção do espaço urbano; Cidade média; Estruturação urbana.

### THE CITY AS AN UNEQUAL SPACE: THE CASE OF THE CITY GUARAPUAVA – PR

#### ABSTRACT

The redefinitions constants in the production process of urban space is exhibit uneven proceedings, usually coupled to political interests, real estate land and increasingly, accentuating differences socioespaciais, compartimentando the city between the areas best equipped (Central) at the expense of other marked by precariousness of living conditions (peripheral). The municipal public power gives the space sense and content, intermediate purchases of differentiated production, fragmenting the city and extending the difference of appropriation of space by different groups. Thus, the paper analyzes Guarapuava, considering the production process and the claims of the formation of an average city, emphasizing the permanence of the social structure and contradictions that characterize the city as a space uneven.

**Keywords:** Production of urban space; City average; Urban design.

### INTRODUÇÃO

Todavia, sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos...  
Giulio Carlo Argan (1992, p. 73).

A cidade é um amalgama de permanências e mudanças (LE GOFF, 1998). Ou como ressalta Lefebvre (2001, p. 47), “a cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

O passado e o futuro colocam-se como elementos para que analisemos a cidade atual. O presente nos aponta para um contexto de crise, de mudanças paradigmáticas que nos coloca

---

Recebido em 05/07/2011  
Aprovado para publicação em 11/09/2011

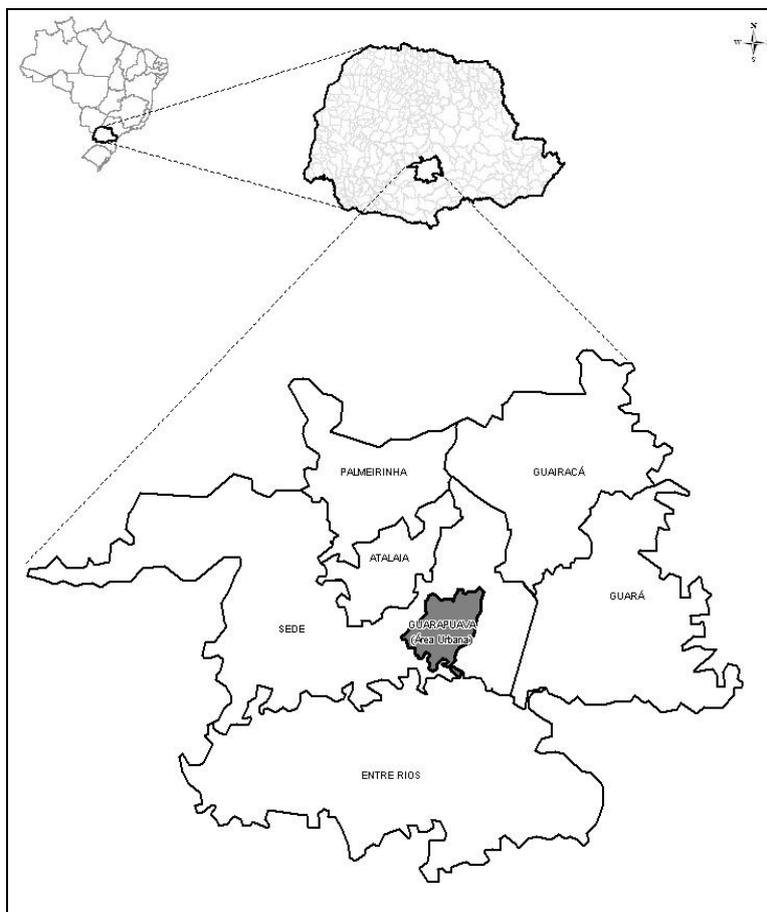
diante do desafio de construir novos conceitos e perspectivas teóricas para análise e compressão da atual estruturação do espaço urbano.

Determinados pressupostos históricos na formação do espaço urbano de Guarapuava permitem-nos a identificação de um espaço disputado desde o início de sua ocupação, no qual demonstra a demarcação de espaços de dominação e de divisão para o uso do solo, ajudando construir uma ordem. Nessa ótica Lefebvre (2001, p. 60) destaca “a estrutura social está presente na cidade, e aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem”.

Já, para Gottdiener (1993), a cidade é produzida pelo sistema de organização social que envolve forças: econômicas, políticas e culturais, incluindo forças estruturais e modos voluntários de comportamento. Também é abordado por Gottdiener que as relações capitalistas não se refletem diretamente em formas urbanas específicas, já que o espaço resulta do desenvolvimento histórico contínuo do sistema capitalista e não de alguma relação isolada ou característica específica que ele assume em algum momento.

Tais pressupostos sugerem a princípio que façamos aqui uma abordagem dos principais aspectos que determinaram o surgimento da cidade de Guarapuava e sua estruturação ao longo do tempo. Sem a pretensão de contar a história da cidade, faremos uma incursão no passado com o intuito de subsidiar a análise das particularidades do seu processo de urbanização, procurando reconstruir a formação e ocupação do município, reunindo características principais da estrutura social que se desenvolveu, formando um espaço desigual.

Para tanto, nosso referencial empírico é uma cidade de porte médio situada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná (Figura 1). Com uma distância de 260 km de Curitiba, a capital do Estado, o município possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 167.463 habitantes (IBGE, 2010), sendo que mais de 90% dessa população está hoje concentrada na área urbana, distribuídos entre o distrito sede e mais cinco outros que integram os domínios territoriais do município.



**Figura 1** - Guarapuava: município, distritos e área urbana.

Apesar dos vários desmembramentos ocorridos ao longo do tempo, o município destaca-se ainda como sendo o maior em área do Paraná, com uma extensão territorial equivalente a 3.053,83 km<sup>2</sup>.

Partindo do exposto, nossa preocupação é entender como a produção do espaço, resultante das mais diferentes forças políticas e ideológicas, resulta em formas distintas, produzindo um espaço desigual.

Nossa abordagem propõe a reflexão sobre a produção do espaço compreendido nas interações de elementos identificados, sobretudo, os interesses objetivos em setores pré-determinados que favorecem a construção de territórios de uso para grupos sociais diferenciados. Na perspectiva exposta, entendemos que não se trata simplesmente da distância entre grupos sociais atribuída pela renda, mas as pessoas compartilham de um mesmo espaço diferentemente ocupado e apropriado entendido como um espaço em que as relações sociais de produção ganham destaque.

É oportuno mencionar que nossa abordagem apresenta limitações e questões ainda a serem tratadas como em qualquer outra abordagem para interpretação de um ou mais processo socioespacial.

### **PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS: DA NECESSIDADE À POSSIBILIDADE**

Guarapuava se desenvolve no conjunto de ações em direção ao oeste paranaense no século XVIII, por conta principalmente das pretensões portuguesas para assegurar território. Os campos de Guarapuava, também conhecido como Terceiro Planalto Paranaense, foram conquistados em 1810, com a expedição militar de Portugal, embora já houvessem os povos indígenas que ocupavam a região. O interesse na localização e criação de determinada cidade responde a uma lógica de “necessidades” e “possibilidades” do seu surgimento (CORRÊA, 2004).

As lógicas das necessidades estão diretamente ligadas às funções que esse novo núcleo urbano deve desempenhar (de defesa, de trocas, de produção industrial, dentre outras); já no caso das possibilidades, estas são derivadas das condições de efetivação das funções que ora se destina a cidade emergente (um local de passagem, defesa do território, mercado, recursos minerais, etc.).

Considerando esses aspectos, o processo de ocupação da Região Centro-Sul paranaense teve uma íntima ligação com distribuição dos recursos naturais e seus momentos de valorização. Portanto, a organização do território durante o período da colonização foi movida pelo processo de dominação e apropriação dos recursos naturais, com finalidade única de garantir as necessidades externas.

Considerando estes pressupostos, pode-se dizer que a intenção do governo português em colonizar a região dos Campos de Guarapuava deve-se à sua posição estratégica em relação à sua proximidade com a fronteira das colônias espanholas e que não estava ainda claramente delimitada frente aos demais interesses que se realizaram em todo o território paranaense.

A consolidação de Guarapuava veio com a atividade tropeira que ocorreu em meados do século XIX, ficando na rota dos tropeiros que traziam gado da região das Missões. As relações socioeconômicas estabelecidas não permitiram a formação de uma rede urbana contígua e hierarquicamente estruturada, ou seja, as características das atividades econômicas de caráter exploratório e itinerante não permitiram a fixação e ampliação da população na região.

### **O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

A estruturação do espaço urbano é decorrente da distribuição de terras na região e do forte poder da Igreja e do Estado. As primeiras concessões foram feitas a grupos que acompanharam a expedição colonizadora e para fazendeiros. A cidade no início apenas servia para encontros de festas religiosas ou mesmo encontro para decisões políticas, pois a vida dos primeiros habitantes estava ligada as atividades do campo.



O Plano de Urbanização ficou comprometido no início pela carência de materiais próprios para a construção das casas e das ruas que foram pré-definidas. Apesar da carência dos materiais, as casas ao serem construídas deveriam atender determinados padrões como: construção em pedras ou taipas de pilão ou mesmo firmadas sobre esteios de madeira de cerne, cobertas de telhas. A povoação deveria ter altura inferior a 3,30 metros (PLANO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO, 1967). O código de posturas foi ratificado em 1874, trazendo novas configurações ao padrão das casas, bem como obrigatório o calçamento em frente às residências (TEMBIL, 2004).

Em 1900 começaram as construções de casas de tijolos. As casas de madeira eram predominantes (sobretudo com alguns imigrantes), quando em 1925 a Câmara Municipal definiu um novo padrão para as casas do anel central, sendo liberado somente a construção em alvenaria. O núcleo urbano expandiu-se em torno da Câmara Municipal, da Cadeia Pública e da Igreja matriz. O fazendeiro de gado e sua família somente vinham à vila (cidade) por ocasiões especiais: festa da padroeira, batizados, casamentos, para votar ou realizar negócios (ABREU, 1986, p. 111). Salienta-se que o município de Guarapuava era demasiadamente extenso, começando seu desmembramento no ano de 1877. Abreu (1986) defende a idéia de que a grande extensão territorial de Guarapuava dificultou a comunicação e a pouca densidade populacional. Diante disso, houveram latifundiários e muitos posseiros e intrusos.

A estrutura fundiária do município é concentrada e se constitui num dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico. No período em que ocorreu a modernização agrícola (1970 e 1980) apenas os chamados grandes proprietários puderam se beneficiar das novas tecnologias então disponíveis no mercado. Os conflitos sociais que marcam todo o século XIX, revelam a forte e evidente relação que articula acesso à terra, mão de obra e colonização.

Mesmo frente ao aumento demográfico e o fortalecimento econômico e político da região, durante o auge da atividade tropeira, o núcleo urbano apresentou um fraco dinamismo interno. Isso pode ser explicado pela dependência das atividades rurais como agricultura de subsistência e criação de gado “que não constituem atividades rentáveis, o que, por conseguinte, não possibilitava uma vida mais confortável como a que se dera em outros centros” (TEMBIL, 2004, p. 43).

O tropeirismo acumulou capital e permitiu uma competição comercial local. Abreu (1986, p. 116) chegou à seguinte classificação da população:

Classe Alta: formada pelos ricos proprietários e tropeiros;  
Classe média: representada pelos fazendeiros que não auferiam grandes lucros financeiros;  
Classe Baixa: Agregados - trabalhadores livres, mas subordinados economicamente ao fazendeiro. Contudo, sua posição social era mais elevada que a dos escravos;  
Escravos - massa servil que ocupava o degrau mais inferior da escala social.

O tropeirismo representou, além da principal atividade econômica do período, a força para a construção da própria cidade que se espelhava nos aspectos culturais, arquitetônicos, econômicos e culturais. No entanto, no final do século XIX e início do século XX ocorre a crise do tropeirismo e se constata um tímido processo de migração rural-urbana, levando muitos fazendeiros a vender suas terras por no campo por preços irrisórios. Não havia mercado, pois o município de Guarapuava ainda estava à espera de uma colonização efetiva, com mentalidade mais evoluída sobre culturas agrícolas (ABREU, 1986).

A crise provocou novas feições à vida urbana. A cidade, isolada das demais, passou por um período de decadência naquele período. A atividade tropeira, assim como a erva-mate, outro ciclo subsequente, não fixaram o capital suficiente, considerando que a comercialização era feita em Curitiba, capital do Estado e Ponta Grossa, sobretudo, pela dificuldade de integração que Guarapuava tinha com outros centros mais dinâmicos. Somente com a intensificação da atividade madeireira a partir da década de 1940 é que se constata um novo impulso no desenvolvimento econômico da região e um valoroso meio de urbanização (PLANO BÁSICO DE URBANIZAÇÃO, 1967). Surgiram atividades como a transformação do produto primário, comércio e o desenvolvimento do setor educacional, saúde, recreação, serviços e outros setores.

A expansão urbana ocorreu em vários sentidos, principalmente pelo surgimento de muitos loteamentos em diferentes áreas na periferia. A propósito, como diz Santos (1994), a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial.

O município passou por um processo contínuo de aumento da população total nos períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, superando a evolução do total da população do estado do Paraná (Tabela 1). Isso se deve a alguns fatores como a evasão populacional dos municípios de seu entorno e por estar numa região com grau de urbanização muito baixo e elevado volume de população rural. Acrescenta-se, ainda, que muitos municípios da região não têm capacidade para garantir sua sustentação e, com isso, tem também favorecido o fluxo migratório para Curitiba (CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA, 1999).

**Tabela 1** - Evolução da população urbana, rural e total em Guarapuava e no Paraná 1970/2010

Anos	Guarapuava			Paraná		
	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>
1970	43.262	67.639	110.901	2.504.253	4.425.568	6.929.821
1980	89.951	68.636	158.587	4.472.506	3.157.343	7.629.849
1991*	107.022	52.511	159.533	6.197.953	2.250.760	8.448.713
2000	141.694	13.467	155.161	7.786.084	1.777.374	9.563.458
2010**	153.098	14.365	167.463	8.906.442	1.533.159	10.439.601

\* No ano de 1991 a população total é superior a população de 2000 devido ao desmembramento de Campina do Simão em 1995.

\*\* Primeiros dados do Censo IBGE, 2010.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Org.: Autores, 2011.

Apesar dos contínuos desmembramentos que o município sofreu com a emancipação de vários distritos, tomando mais difícil a análise dos dados censitários, por exemplo, verifica-se a princípio uma constante, que foi o crescimento da população na área urbana, embora essa tenha se tomado maior que a rural somente na década de 1980. Fica demonstrado, assim, um crescimento de forma acentuada nas últimas três décadas do século passado, fazendo com que a cidade passasse a assumir novos papéis, seja no âmbito intraurbano, seja no contexto regional.

Se, no sistema de produção tradicional, a cidade era o “apêndice” do campo, nessa nova conjuntura, a da modernização da agricultura nos campos de Guarapuava, ela passou a comandar o espaço produtivo. Não se trata, no entanto, de uma posição de dualismo em que a cidade se opõe ao campo, mas sim de um processo de articulação, em que cidade e campo retroalimentam-se, porém, agora, com predomínio dos papéis exercidos pela cidade comandando as ações no campo. Um processo, que segundo Lefebvre (1999), trata-se da subordinação do campo à cidade.

### **A ESTRUTURAÇÃO RECENTE DO ESPAÇO URBANO: ORDEM OU DESORDEM?**

O espaço produzido é, então, entendido para além de suas relações com a força de trabalho, mas como um espaço em que as relações sociais de produção ganham destaque. O poder público, por sua vez, confere ao espaço sentido e conteúdo, garantindo a produção diferenciada, fragmentando a cidade, ampliando a diferença de apropriação do espaço pelos diferentes grupos. Como exemplo, pensa-se na cidade pelo embelezamento da área central e o consequente abandono das áreas periféricas.

Desta forma, a política urbana atua no processo de produção do espaço e desempenha o papel para por em prática uma ideologia que favoreça uma apropriação diferenciada aos agentes produtores do espaço. A ideologia, nesse sentido, é lembrada por Santos (1999), para quem a ideologia “produz símbolos, criados para fazer parte da vida real e que frequentemente tomam a forma de objetos. É um fator constitutivo da história do presente” (SANTOS, 1999, p.101).

O ritmo de realização das políticas públicas não é suficiente para alterar o quadro de atenção

aos serviços básicos da população. Guarapuava é considerado um município com elevado contingente de pobres (menor ou igual a 40% do total de famílias). Considerando o estudo sobre o perfil da cidade de porte médio (GUARAPUAVA, 1986) constatamos que, a partir de 1965, as práticas de especulação imobiliária já se faziam notar na redução da oferta de terrenos nas áreas centrais da cidade, ou então, pela constituição nessa área de vazios urbanos, ou de lotes não edificadas que aguardavam sua valorização.

Paralelo aos diferentes padrões de moradias legais, existe também uma produção ilegal espalhada na área central e periférica. As moradias legais demonstram características de *status* que os grupos sociais de média e alta renda mantém, bem como, revelam a significativa evolução do papel que a cidade está assumindo lentamente, entre eles: centro universitário, comercial, serviços, entre outros. Na redefinição do papel da cidade, emergem diferentes estratégias, da produção imobiliária, tendo em vista a necessidade da produção da habitação.

Considerando o Caderno Diagnóstico para elaboração do Plano Diretor Municipal com levantamentos efetuados no início da década de 1990, constata-se que mais de 40% dos loteamentos da cidade foram de origem ilegal, ou seja, loteamentos em sua maioria de terras privadas e que eram oferecidos a quem detinha o poder de compra, não atendendo, por exemplo, a demanda da população mais carente (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 1997).

Não podemos deixar de lado também que os representantes do mercado imobiliário estão intimamente atrelados à gestão do território e aos interesses da reprodução do capital em nível municipal. A oferta de imóveis usados e novos para os grupos sociais mais carentes não atendem a necessidade existente.

Os diferentes bairros apresentam fortes características residenciais, no qual se percebem as condições socioespaciais da população e os contrastes existentes. Isso representa a agravada crise na estrutura urbana que ainda permanece. Geralmente as chamadas áreas de ocupação pela prefeitura municipal, se localizam nas áreas de preservação permanente ou mesmo em áreas públicas e particulares que não foram ocupadas pela prefeitura municipal.

Os interesses dos agentes imobiliários garantem o controle do espaço pela estratégia da supervalorização dos setores já estruturados na área urbana, uma vez que a ocupação é construída e estimulada pelas relações pessoais e pelos interesses individuais. Nessa direção, o centro e arredores podem ser definidos como territórios para representação da política local e da supervalorização dos imóveis, alvo dos novos empreendimentos imobiliários.

O ambiente construído reflete as relações sociais, além de participar ativamente de sua reprodução. Nesse sentido, o ambiente construído corresponde, segundo Maricato (2001), objeto de permanências e de mudanças sociais.

No entanto, mesmo havendo intermináveis problemas, sobretudo pelo grande número de ocupações, o processo de crescimento dos loteamentos seguiu em ritmo crescente. Muitos loteamentos considerados irregulares não possuem faixas de domínio, áreas de preservação, áreas de lazer ou uso público, visando à implantação dos equipamentos comunitários necessários, ou mesmo, para implementação dos programas habitacionais para população de baixa renda.

Vale ressaltar que não são todos loteamentos regularizados e nem todos seguiram as exigências mínimas para implantação. Assim, consolidaram-se muitos loteamentos, “onde o poder público através de pressão popular arcou com a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários, isentando o promotor privado de qualquer prejuízo no investimento feito”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, 1997, p. 34).

Nesse contexto, parece se reproduzir na estruturação do espaço urbano no decorrer dos anos o efeito do bolo. Para Maricato (2001) o efeito do bolo significa o investimento em certas áreas para o poder público e do mercado imobiliário, nos quais teriam maior potencialidade para atrair por efeito sinérgico outros investimentos e novos empregos do que se esses investimentos fossem feitos na periferia onde não teriam o mesmo efeito reprodutor.

Em síntese, verifica-se as intervenções pontuais e seletivas na área central (parques, praças, avenidas ou ruas para o comércio) e principalmente no asfalto e moradias populares como símbolo de crescimento e de presença efetiva do poder público, representada por uma estrutura urbana em processo de produção segundo determinados interesses. Assim, percebe-se uma ordem estabelecida na cidade oficial (cartão de visita das administrações) e a periferia (área de reserva para assentamento da população mais carente).

Um processo ancorado nos novos empreendimentos, novas construções, além de reafirmarem o discurso progressista assumido constantemente pela administração pública, reforçado por membros da elite local, processa-se uma constante valorização do centro da cidade, tornando-o praticamente inacessível, ao menos do ponto de vista da moradia para a população de baixa renda. Consequentemente, houve o afastamento dos segmentos de menor poder aquisitivo para outras áreas da cidade, notadamente para a periferia em que glebas descontínuas da malha urbana eram destinadas para a população de baixo poder aquisitivo.

A intervenção do poder público em Guarapuava a partir da legislação urbana promoveu o desencontro entre o desenvolvimento urbano e as necessidades pontuais para cada momento da estruturação do espaço.

Em contrapartida, os financiamentos do governo federal ajudaram ignorar as diferenças existentes na cidade, na medida em que não criou meios para encaminhamentos da política local com vistas à disciplinar o uso do solo urbano. A formulação das leis que acompanharam o primeiro Plano de Urbanização de 1967, justificou apenas a tentativa do município em normatizar o desenvolvimento urbano.

De qualquer maneira, a legislação urbana permitiu a continuidade da reprodução dos novos loteamentos, atendendo a determinadas normas para o parcelamento do solo, paralelamente a existência de outras carências em infraestrutura, sobretudo, dos loteamentos irregulares.

A continuidade da concentração de renda e da baixa evolução no rendimento da população carente ajudou promover ainda mais a periferia empobrecida, o que por sua vez, foi incorporada aos projetos e programas públicos como reduto eleitoreiro e com o reforço para manutenção do poder político local nessas áreas. Como prática permanente é a morosidade na implantação de infraestrutura pelos promotores imobiliários que permanecem em ações pouco efetivas e descontínuas, assegurando, assim, desafios para a política urbana que ainda é pouco efetiva nas áreas mais carentes e com pior localização.

A reivindicação da população mais carente para novas habitações e a melhoria da infraestrutura se faz de modo pouco organizado, como por exemplo, a pouca participação das associações de moradores, o que reforça a continuidade do clientelismo político que se estende nas diferentes gestões municipais. Desse modo, o que ocorre em Guarapuava como uma cidade média é o que para Santos e Silveira (2001, p. 284)

[...] verdadeiros fóruns regionais, um lugar de debate entre preocupações mais imediatas e desígnios mais amplos, que, por exemplo, revelam as carências ou os constrangimentos da política local face à política nacional e também das **práticas eleitoreiras e clientelistas** [grifo nosso] diante da necessidade de práticas políticas mais amplas.

Nesse cenário, as ações preocupadas com a estética da cidade se arrastam durante muitos anos, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1990, identificadas na construção de casas do tipo populares e calçamento de ruas, tendo continuidade e atenção para o embelezamento e manutenção da área central. Como consequência, essas ações serviram de motivação ao mercado imobiliário que se apropriou das melhores áreas e da baixa oferta de moradia para um grande fluxo de pessoas que migraram à Guarapuava nos últimos anos.

Colabora com essa análise, a afirmação de Borja e Muxí (2003, p. 47) relativa às práticas setoriais no espaço urbano: “igualmente resultaram as operações de moradia onde cada uma é destinada a um segmento social determinado e a prioridade é determinada em algumas vezes como ordenamento ou como inversão”. Menosprezar a existência, ou então a implantação e manutenção de infraestrutura básica é sem sombra de dúvida, deixar de lado o cidadão e contribuir para o processo de diferenciação socioespacial urbana.

Como diz Maricato (2000, p.157) “as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia”. Talvez seja por isso que é comum encontrar o constante estado de obras que passa o município a cada gestão municipal, cujas práticas reforçam as intervenções clientelistas, desde a produção da habitação popular até o asfaltamento de ruas na periferia.

As ações paliativas e setorizadas em grande parte estão desvinculadas de ações que articulam a diversidade e a complexidade das demandas do cidadão enquanto habitante da cidade.

## CONCLUSÃO

Do exposto, observa-se que a relevância dos dados empíricos ora apresentados revelam muito mais do que as características específicas do local e sim uma tendência da produção e utilização desigual do espaço urbano de Guarapuava. A dinâmica socioespacial estabelecida por meio da valorização e especulação da terra urbana culminou com o afastamento de parte da população menos favorecida para os locais periféricos, desprovidos de infraestrutura e que garantem condições mínimas e dignas de vida e, por conseguinte, a perda, por parte desse segmento social, do direito e do acesso à cidade, seus bens e serviços. Ficando, estas áreas, restritas apenas aos locais do morar que na maioria das vezes são permeados por vazios urbanos, constituídos em reservas para futuros processos de conversão da terra urbana em mercadoria, corroborando, nesse sentido, com a análise de Santos (1997, p. 91), de que nesse processo, geralmente “a distância geográfica é duplicada pela distância política”.

Na realidade de Guarapuava, a territorialidade do poder local é composta, em certos casos, pelos interesses que dão sentido à organização intraurbana e ao movimento dos grupos sociais. As estratégias na política urbana se relacionam com outras bases formadas pelos grupos sociais mais carentes que participam do espaço socialmente constituído.

O estudo ora realizado, também demonstra que de certa forma os grupos de baixa renda se juntam formando um espaço que lhes é próprio, os grupos de média e de alta renda se concentram em áreas caracterizadas por uma suposta homogeneidade estrutural, estabelecido pelo contato dos indivíduos e pelas relações de trabalho ou familiar e pelas condições de moradia que produzidas concentram determinados padrões claramente percebidos nas condições estruturais da população.

A atividade imobiliária, pouco fiscalizada, se apropria das áreas em que o próprio poder público ajudou equipar.

O poder público ao desconsiderar as áreas que deveriam ser utilizadas para uso público e implantar conjuntos habitacionais, criou uma suposta homogeneização nos bairros residenciais e desconsideraram a coletividade, o que pode ser visto pela ausência de representação da comunidade, que fica a mercê dos interesses políticos/partidários, principalmente na periferia.

A divisão territorial existente é o padrão centro-periferia, caracterizado por uma divisão social intensa, não desaparecendo traços característicos da estruturação intraurbana que teve início na década de 1960. As poucas iniciativas do poder público para redução do problema habitacional ganham força pelo carisma dos administradores que se mostram incapazes de reduzir os problemas habitacionais. Corroborando com a idéia de Borja e Muxí (2003), de que a cidade fragmentada tende a ser socialmente segregada, pouco produtiva do ponto de vista econômico, miserável no que diz respeito aos aspectos culturais, sem falar nas dificuldades de governança.

A dinâmica do mercado de terras impõe que deve ser levado a efeito outros fatores que sustentam a distribuição setorial quanto ao valor dos imóveis. A condição mais próxima para essa análise tem influência no próprio processo de valorização dos setores de bairros decorrente das condições particulares da mudança espacial da habitação ou mesmo dos valores simbólicos de cada bairro. A sustentação, portanto, dos setores compostos por bairros segregados é mantida pelo mercado de terras, mas, sobretudo, pelas intervenções do poder público.

É evidente que as transformações empreendidas na cidade determinam uma tendência da estruturação urbana. As práticas dos agentes produtores do espaço urbano demonstram que essa estruturação se reestrutura em função das preocupações imediatizadas do poder público, justificadas muitas vezes pelas emergências sociais de habitação, ou então, vinculadas às estratégias imobiliárias que limitam e fragmentam cada vez mais o uso do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; MARCONDES, Gracita G.. **Philantropia guarapuavana: 150 anos de história**. Guarapuava: Ed. Universitária UNICENTRO: Loja Maçônica Philantropia guarapuavana, 2001.

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Píer Luigi Cabra. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: UNICAMP/IE/NESUR, 1999. (Coleção pesquisas, 3).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Posição geográfica de cidades. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 2, 2004. p. 317 - 323.
- GUARAPUAVA. **Perfil da cidade de porte médio**. Paraná: programas de investimentos urbanos. CNDU/FAMEPAR/SUDESUL, Guarapuava, 1986.
- GUARAPUAVA. Caderno Diagnóstico: Plano Diretor Urbano de Guarapuava. Guarapuava, v.1, maio, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos demográficos do Brasil, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Primeiros Dados do Censo 2010. Disponível em <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados)>. Acesso em: 18 de agosto de 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava**: história de luta e trabalho. Textos históricos. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121 - 102.
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Ed. da Usp, 1991.
- PLANO DIRETOR URBANO DE GUARAPUAVA. **Caderno Diagnóstico** - Volume I. 155f. Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Urbanismo. Guarapuava, 1997. (Impresso).
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.
- TEIXEIRA, Murilo Walter. **Continente guarapuavano**: transição política social. Guarapuava Paraná, 1999.
- TEMBIL, Márcia Terezinha. **História, memória e imaginário**: Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950 - 2004). 275f. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, Assis, 2004.